

O Totalitarismo em Hannah Arendt: elementos essenciais e uma reflexão à luz da contemporaneidade e da dinâmica das redes sociais

Oswaldo Bertinato Júnior¹

Eduardo Augusto Arteiro de Faria²

Professor Orientador: *Dr. Luis Eduardo Morimatsu Lourenço*

Professor Orientador: *Dr. Valdir Buqui Netto*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo revisitar a obra “Origens do Totalitarismo”, de Hannah Arendt, destacando os principais elementos e caracteres trazidos pela autora e, partindo dessa perspectiva, avaliar a atualidade do tema em vista do contexto contemporâneo. Em um primeiro momento, serão abordados os traços distintivos apontados pela autora para a conceituação desses regimes, em oposição às demais tiranias. O capítulo seguinte se dedicará a apurar os principais fatores apontados por Arendt para a estruturação dos movimentos totalitários nazista e stalinista, quais sejam, a propaganda e a organização totalitárias. Ao final, desenvolver-se-á reflexão crítica acerca da persistência (ou não) das condições que permitiriam novas manifestações totalitárias, partindo das premissas arendtianas, mas à luz da atualidade e das dinâmicas contemporâneas de interação social, em especial as redes sociais.

Palavras chave: terror. movimento totalitário. elementos distintivos

ABSTRACT

The present work aims to revisit the work "Origens do Totalitarismo", by Hannah Arendt, highlighting the main elements and characters brought by the author and, starting from this perspective, to evaluate the currentness of the theme in view of the contemporary context. At first, the distinctive features pointed out by the author for the conceptualization of these regimes will be addressed, in opposition to the other tyrannies. The next chapter will be dedicated to investigating the main factors pointed out by Arendt for the structuring of totalitarian Nazi and Stalinist movements, namely, totalitarian propaganda and organization. At the end, a critical reflection will be developed about the persistence (or not) of the conditions that would allow new totalitarian manifestations, starting from the Arendtian premises, but in the light of the present and the contemporary dynamics of social interaction, especially social networks.

Keyword: horror. totalitarian movement. distinctive elements

¹ Engenheiro civil pela Universidade São Francisco, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, atua como Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

² Mestre em Direito do Estado e Especialista em Direito Administrativo pela PUCSP. Ex-diretor da Divisão de Assuntos Jurídicos da Coordenadoria da Função Social da Propriedade da Prefeitura de São Paulo. Atua como advogado consultivo. Membro efetivo da Comissão de Direito Urbanístico da OABSP.

1. INTRODUÇÃO

Hannah Arendt publicou “Origens do Totalitarismo” em 1949, quatro anos após a derrota da Alemanha hitlerista e durante plena expansão da influência da URSS após a segunda grande guerra. A falta de documentação acerca do regime stalinista foi parcialmente remediada após a morte de Stalin, dando ensejo a uma primeira revisão do texto original já em 1958, de forma que permitiu à obra - em que pese ter sido escrita muito próxima do calor dos fatos – constituir uma exposição clara do ciclo dos acontecimentos, desde a gênese dos fenômenos totalitários até a morte de seus principais líderes.

A partir de sua leitura é possível levantar questionamentos que, por sua atualidade ou talvez pelo espanto provocado, permanecem ainda vivos e extremamente relevantes àqueles que pretendem se debruçar sobre a espinhosa questão. Compreender como os movimentos destacados na obra foram capazes de convencer a população de sociedades complexas a se curvar diante dos mais atrozes atos de violência e terror, em plena primeira metade do século XX, nos remete ainda a uma reflexão acerca da sociedade em que vivemos, pois Arendt nos alerta: o perigo do totalitarismo é ainda presente.

O que pretendemos aqui é revisitar alguns elementos essenciais da teoria arendtiana expostos na obra em estudo, destacando alguns dos mais importantes fatores que a autora aponta como distintivos e fundamentais para a definição e compreensão das formações totalitárias, possibilitando, inclusive, estabelecer as diferenças específicas em relação às tiranias historicamente constituídas. Em um momento final, será desenvolvida uma breve reflexão acerca das maiores preocupações de Arendt, mas agora à luz hodierna e, ainda, na medida em que a atualidade impele em virtude de notórios acontecimentos, pressupondo o papel absolutamente central das redes sociais na vida cotidiana. O objetivo será contrastar os elementos levantados pela autora e verificar a persistência (ou não) das razões de suas inquietudes ante às condições que permitiriam – ou não - o ressurgimento de manifestações totalitárias.

Ressalve-se que a reflexão final não se aterá a qualquer movimento ou grupo específico. A intenção aqui é desenvolver uma leitura crítica da teoria arendtiana à luz da atualidade em seus aspectos mais gerais, o que implica – assim consideramos – em discutir também o papel das novas redes de dados e comunicação (eis que talvez correspondam à principais alterações nas formas de interação social, organização e comunicação de massa contemporâneas). Em

breves palavras, o objetivo central do esforço pode ser assim definido: afinal, poderiam alguns dos conceitos propostos por Arendt ajudar a compreender e esclarecer fenômenos políticos no horizonte de um mundo absolutamente conectado?

Naturalmente, a questão só poderá ser devidamente compreendida e tematizada se definida de maneira meridiana o conceito central e pressuposto mais básico da discussão em pauta: o conceito de totalitarismo.

2. O TOTALITARISMO SEGUNDO HANNAH ARENDT - ELEMENTOS DISTINTIVOS

Se a leitura de “As Origens do Totalitarismo” provoca alguma frustração ao leitor, essa talvez seja a dificuldade em abstrair, do conteúdo da obra, uma taxonomia clara sobre as formas de governo ou regimes políticos analisados³. Mas talvez essa frustração se deva em razão de uma expectativa equivocada. Hannah Arendt (e isso já se percebe desde o início do primeiro ensaio) foge ao didatismo simples (com a apresentação de categorias fechadas, gêneros e espécies precisamente definidos), para se guiar por uma narrativa complexa (não necessariamente linear), com uma vastidão de referências históricas, revelando, gradualmente, o quadro daquilo que ela aponta como origens do totalitarismo, seus caracteres e distinção de outros regimes.

Talvez um dos elementos que tenha contribuído para esse estilo seja justamente o objeto em estudo. Afinal, falar de regimes políticos parece simples partindo de manuais e pressupostos apenas teóricos: a democracia exige o respeito aos direitos individuais, separação de poderes, limitação do poder do governante pela lei, representatividade, alternância de mandatos. A receita parece simples. Mas a análise de contextos concretos impõe uma graduação desses conceitos. O respeito aos direitos individuais será efetivado em diferentes graus por cada contexto histórico, político e social. Assim também, a representatividade, a separação de poderes, a alternância de mandatos. O regime político se revela em graduações. Até o ponto em que Estados que se auto declaram “democráticos” já perderam boa parte daquele conteúdo essencial à democracia plena. Da mesma forma, há que se perguntar, haveria um limiar absoluto

³ Vale aqui já fazer uma observação inicial importante para o debate do presente capítulo: a autora, ora fala em *regime de governo* totalitário (o que faz com certa constância), ora se refere *a forma de governo* (especialmente para atribuir ao totalitarismo uma forma própria de governo). Aqui, utilizaremos a expressão regime de governo, para ressaltar o contraste entre os regimes democrático e tirânico, autocrático, mas sem esmiuçar a evolução desses conceitos. O objetivo é apenas a leitura da obra de Arendt, buscando aferir as diferenças que a autora atribui aos regimes tirânicos comuns e aos regimes totalitários estudados.

para considerar um regime tirânico? Ainda mais complexo: quando um regime tirânico passaria a ser totalitário? Haveria uma distinção essencial entre eles?

Ao se tratar da realidade política, a melhor solução talvez seja mesmo não se adstringir a categorias teóricas fechadas, mas se deter a apontar e descrever os aspectos relevantes de cada regime *in concreto*. É isso que Hannah Arendt faz ao estudar os regimes que designa por totalitários, perpetrados na Alemanha nazista e na Rússia stalinista do século passado. É só através desse longo desenho que a autora vai explicitando as nuances (ou as distinções brutais) que enxergou nos regimes estudados. Em que pese o mérito da narrativa, tal postura traz uma dificuldade adicional ao leitor incauto que tenha a pretensão de facilmente descolar aquilo que corresponde a elementos concretos específicos, únicos aos fenômenos abordados, daquilo que efetivamente poderia representar um elemento genérico essencial e distintivo de uma categoria teórica do “totalitarismo”. Em boa parte das vezes, são aspectos que se confundem. Se não bastasse, a autora, com sua complexidade, ainda enriquece seu texto com qualificações que aparentemente estariam carregadas de certa subjetividade - embora se refiram de forma objetiva a realidades específicas. A própria palavra “terror” (apontada como a essência do regime totalitário) é um exemplo disso.

Uma coisa certa, porém, e que se depreende já a partir das asserções iniciais da obra, é que Arendt trata os regimes stalinista e nazista como manifestações inéditas, a serem compreendidas por uma categoria própria, distinguindo-os, portanto, daquilo que seriam as “tirantias comuns”: “até hoje conhecemos apenas duas formas autênticas de domínio totalitário: a ditadura do nacional-socialismo, a partir de 1938, e a ditadura bolchevista, a partir de 1930” (ARENDR, 2013, p. 469)⁴.

O que pretendemos a seguir é apontar, em poucos parágrafos (e na medida em que isso se revela possível), alguns dos principais elementos que, segundo o desenvolvimento teórico arendtiano, distinguiriam o totalitarismo de todas as outras expressões de governo antes vistas. Não sem antes advertir - considerando a mencionada complexidade narrativa e seu objeto - que nossa explanação não pretende traduzir uma única leitura possível da complexa obra, e muito

⁴ Anote-se, entretanto, que a autora também se refere ao regime comunista chinês da época e aos regimes escravagistas da antiguidade como possíveis manifestações totalitárias, mas sem se aprofundar em sua abordagem (ARENDR, 2013, p. 342 e 527).

menos se apresentar por absolutamente correta. Quiçá mesmo, a pretendida “simplificação” sequer seja inteiramente adequada para a temática e a abordagem em questão.

Como método facilitador de nosso trabalho, começemos pelas semelhanças dos regimes em questão - i.e. os principais elementos que, no decorrer de sua obra, Arendt aponta como manifestações (e até mesmo pressupostos) de qualquer regime ditatorial -, em contraste com os requisitos básicos da democracia (citados superficialmente acima).

2.1. Afinidades entre tiranias: a alienação e o isolamento do homem

O primeiro ponto que a autora deixa claro é que nem o regime ditatorial comum, nem o totalitário, dependem necessariamente de uma revolução ou da súbita tomada de poder (tal como efetivamente ocorre em alguns casos). Na Itália, por exemplo, o fascismo de Mussolini evoluiu a partir de uma democracia multipartidária. O mesmo se deu com o nazismo.

Mas qualquer regime autoritário depende de uma condição específica para se colocar e se manter no poder, consistente numa atmosfera de alienação, isolamento, do homem em sua esfera pública e política, uniformizando as ideias e minando qualquer ameaça de contestação. Arelada a essa homogeneização da vida política está também a superficialidade do homem, o *homo faber*, sopesado apenas em sua utilidade ou inutilidade. Não representa mais um valor em si mesmo⁵.

Com uma significativa variação no método, seja na utilização da propaganda, seja através da violência (o terror em suas etapas iniciais), seja em decorrência também dos contextos culturais, políticos, históricos e sociais, a relativização do valor do homem e a equalização da sociedade servirá de base a regimes tirânicos em geral⁶. Pelo que se depreende

⁵ O valor do homem, e mesmo o desarraigamento dos valores em geral da sociedade é tema que vai pontuando toda a obra estudada e que demandaria uma dissertação própria. A autora vai demonstrando como diversos contextos históricos, como a Revolução Industrial e o imperialismo, vão contribuindo para um processo de superficialização, massificação, do homem. “Eis, portanto, o fim do verdadeiro orgulho do homem ocidental que já não tem valor como um fim em si próprio, que já não faz "nada de si próprio nem tem a decência de ser ele mesmo” (ARENDR, 2013, p. 251, em referência a T. E. Lawrence, 1938). Reflete sobre a problemática da vinculação do valor de um indivíduo a determinada condição (sua nacionalidade, por exemplo), dando ensejo ao tribalismo, racismo, nacionalismo. Analisa criticamente a ideia de direitos universais em um mundo onde não se reconhece universalmente o “direito a ter direitos”. E aponta, já em uma abordagem direta do totalitarismo, como esse regime passou da mera superficialidade do valor do homem (o escravo) até sua inutilidade e, por fim, sua “antiutilidade”.

⁶ “Desde os tempos antigos, a imposição da igualdade de condições aos governados constituiu um dos principais alvos dos despotismos e das tiranias” (ARENDR, 2013, p. 372).

das ideias de Arendt tais elementos, na realidade, correspondem a fatores (a) condicionantes, (b) instrumentais e mesmo (c) resultantes dos regimes tirânicos⁷.

Nesse sentido, a alienação política, o isolamento, a sensação de impotência colocada a cada homem em relação a seu contexto político, somente contribuem para sua inquietação e aversão ao status quo, à inércia, aos escândalos de corrupção, ao sistema multipartidário (neste último ponto, já limitando-nos aos movimentos surgidos no séc. XIX). Ao fim, percebe-se mesmo que, subjacente ao princípio do líder (e sem nos aprofundar nesse conceito), está a necessidade de uma liderança àqueles que estão perdidos em relação a seu papel na sociedade e no contexto político-social. O líder fornece, afinal, um caminho, uma resposta a um mundo incompreensível e complexo⁸.

E a resposta fornecida pelo líder, veja-se, será vaga e genérica. Afinal, não há resposta única para todos os problemas e questões, embora o ser alienado e desarraigado busque por ela. Assim, o governante autoritário se prende mais à massificação da camada social (que busca fugir de sua irrelevância na construção de uma resposta pronta, contra um inimigo em comum, contra o “sistema” excludente e corrompido), que propriamente na elaboração de um programa político complexo e detalhado, que construa propostas amadurecidas a partir da realidade em que se vive. E isso, para Arendt, não é exclusividade do totalitarismo, mas comum a todo regime autoritário: a lealdade só é possível quando a fidelidade é esvaziada de qualquer conteúdo objetivo (assim, não fica vulnerável a eventuais mudanças de opinião ou posicionamentos)⁹.

Após a tomada de poder, o líder tirânico já terá alcançado o seu principal objetivo. Apropriar-se-á da máquina do Estado (polícia, exército, burocracia), fazendo dele seu instrumento de coação, enriquecimento e manutenção no poder.

⁷ Efetivamente, em sua obra, Arendt (2013, *passim*) se refere à questão ora como causa, ora como consequência, demonstrando que, na verdade, a escalada tirânica e a noção de massa (e sua manipulação) revelam uma dinâmica própria, de retroalimentação.

⁸ Para além desse papel, interessante também a abordagem de Arendt quanto à atuação do líder na dinâmica interna da elite dos movimentos: “No centro, do movimento, como o motor que o aciona, senta-se o Líder. Separa-o da formação de elite um círculo interno de iniciados que o envolvem numa aura de impenetrável mistério correspondente à sua ‘preponderância inatingível’. Sua posição dentro desse círculo íntimo depende da habilidade com que arma intrigas entre os membros e efetua constantes mudanças de pessoal. Deve a liderança mais à sua extrema capacidade de manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder do que a qualidades demagógicas ou burocrático-organizacionais” (Ibid., p. 423).

⁹ A lealdade total só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto, que poderia dar azo a mudanças de opinião (...). A falta de um programa partidário, ou o fato de se ignorá-lo, não é, por si só, necessariamente um sinal de totalitarismo. (...) Todo líder da ralé é caracterizado pela mera sede de poder e pelo desprezo à “tagarelice” quando se lhe perguntam o que pretende fazer com ele” (Ibid., p. 374)

E sua receita de crueldades, embora com muitas variantes em relação a cada tirania, não fugirá muito de um método geral: propaganda, polícia secreta¹⁰, a ilegalidade (arbitrariedade), a perseguição e aniquilação de inimigos do regime. A liberdade política dos homens deixa de ser uma realidade; direitos essenciais são suprimidos.

2.2. Qual o traço distintivo do totalitarismo?

Dadas as semelhanças, o que distinguiria então o regime dito totalitário? A qualificação se dá pelo número de mortos promovidos pelo nazismo e pelo stalinismo? Pela crueldade empregada? Pela existência dos campos de concentração? Por todos esses elementos em conjunto, ou por outros?

Bem da verdade, pelo que se depreende da leitura de Arendt, todos esses elementos comporão sim os caracteres do regime totalitário. A estrutura que a autora cria para descrever os fatos históricos e selecionar os elementos distintivos é, como já dissemos, demasiada complexa. Mas, se há um elemento que possa sintetizar a distinção do pensamento de Arendt para aquilo que considera o regime totalitário, será o seguinte: *o terror*.

O terror, correspondente à essência do regime totalitário, consistiria na realização radical da ideologia totalitária (no caso do nazismo, a supremacia ariana e o movimento natural tendente à subjugação dos demais; no caso stalinista, a ideologia de classe e o movimento histórico pela exterminação das classes opositoras). A lei suprema da natureza, da história, ou de qualquer outra ideologia¹¹, tem por expressão maior o desejo do líder. E o líder, com a organização das massas e do movimento, se confunde com estes, como se tudo fosse uma coisa só.

¹⁰ Nas tiranias, a maior função das forças policiais é interna: desencavar os inimigos secretos e caçar os antigos oponente. O governante tirânico sente-se muito mais ameaçado por seu próprio povo do que por qualquer povo estrangeiro (Ibid., p. 471).

¹¹ Arendt traça uma visão extremamente crítica acerca das ideologias. Para a autora, toda a ideologia tem um aspecto totalitário e poderiam ter servido a determinado regime totalitarista (Ibid., p. 526). As escolhas ideológicas do nazismo e do stalinismo, portanto, ocorreram mais em vista de questões conjunturais, que propriamente em razão do argumento totalitário que carregavam. O entendimento da autora foge, portanto, daquela visão neutra de ideologia, consistente em um certo conjunto de valores (ideologia cristã, capitalista, liberal, etc). Sobre o tema, outra leitura interessante é a de Tércio Sampaio Ferraz Junior, em sua Introdução ao Estudo do Direito (2003, p. 345), que ensina a ideologia como o conjunto organizado de valores.

De toda essa noção decorrem duas outras expressões do movimento totalitário e que também contribuem para a distinção desse regime dos demais: a busca pelo *domínio global* e pelo *domínio total*.

Justamente por ser suprema, a lei do movimento não respeita barreiras político-nacionais e traduz a única verdade que deve ser imposta, sem mediação, sobre todos os homens e independente de nações (o domínio global); na mesma moeda, pressupõe a luta pela dominação de todos, em sua integridade, e a eliminação de toda realidade rival não totalitária (domínio total).

A tomada de poder em determinado país é apenas um passo. Em contraste com a tirania comum, que persegue apenas os oponentes ao regime, o totalitarismo procura eliminar tudo que está fora do movimento, independentemente de qualquer oposição que este manifeste.

Advém aí uma outra noção a ser ressaltada: o *inimigo objetivo*. Ser declarado inimigo de um regime totalitário independe de qualquer conduta individual reprovada ou suspeita: “nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser provocados ou cujo passado justifique suspeita, mas é um ‘portador de tendências’, como o portador de uma doença” (ARENDDT, 2013, p. 474). E o movimento totalitário, por sua própria dinâmica de movimento, sempre declarará um novo inimigo objetivo, segundo as circunstâncias que vão surgindo¹², a ser eliminado em benefício do “todo”.

Diferente da tirania, o terror não se contenta com a equalização da sociedade pública e política, mas vai mais fundo, buscando a equalização do homem em sua vida privada, em sua solidão. A pluralidade, que corresponde à própria essência da humanidade (cada nascimento corresponde a um novo começo¹³) é uma ameaça em si. “Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, [o terror] constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas” (ARENDDT, 2013, p. 518).

¹² Cf. op. cit., p. 474. A instabilidade, aliás, é um outro elemento distintivo apontado pela autora. Seja nas constantes mudanças de pessoal, seja na seleção aleatória do inimigo objetivo, o movimento totalitário, por sua própria natureza, se alimenta e promove um estado de instabilidade permanente (diferentemente da tirania comum, que se satisfaz com o monopólio político).

¹³ “O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equívale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* — “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo” (Ibid., p. 531).

Há ainda uma distinção mais discreta na obra estudada, mas que não pode ser ignorada: a capacidade de colocar o terror em prática. No fundo, Hannah A. reconhece que o argumento totalitário poderá estar na gênese de diferentes regimes tirânicos, mas nem todos conseguirão empreendê-lo. Dá como exemplo os países menores da Europa, que depois da Primeira Guerra viveram uma onda antidemocrática e pró-ditatorial. Embora houvesse o argumento totalitário (o inimigo objetivo, as propagandas conspiratórias, a radicalização ideológica, a pretensão de domínio total e aniquilação da pluralidade), acabaram resultando em governos ditatoriais comuns. A principal razão seria a falta de capacidade de organizar e manipular grandes massas. Mesmo no tocante à Alemanha, a autora afirma que foi apenas durante a guerra, depois que as conquistas forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que foi possível estabelecer um regime verdadeiramente totalitário (ARENDRT, 2013, p. 361). A autora cita até mesmo a quantidade de baixas para a qualificação do totalitarismo, tomando, portanto, o extermínio em massa como um de seus elementos essenciais¹⁴.

Ao final, é bem verdade que a narrativa de Arendt chega a uma carga de detalhes e distinções que parece estar apenas relatando as manifestações históricas em suas peculiaridades, e não mais com a pretensão de categorizar determinado regime. Todavia, a impressão estará mais uma vez equivocada. A autora busca, através da leitura dos fatos, identificar elementos que distinguiram tais manifestações políticas como únicas, mas cuja possibilidade de recorrência não nega.

Mas, de outro lado, persiste uma segunda dúvida. Ainda que se trate de uma categoria própria de regime político, questiona-se a autonomia do conceito em relação às demais tiranias (a monarquia absolutista, o regime ditatorial unipartidário, e.g.). Afinal, há semelhanças e pressupostos comuns (como o inimigo em comum, a usurpação de direitos e liberdades individuais). A questão é saber se a tirania comum e o totalitarismo correspondem a regimes próprios (mesmo *in abstracto*) ou se um não seria a graduação de outro (o totalitarismo sendo a tirania em maior potência)¹⁵.

¹⁴ “Uma prova da natureza não-totalitária da ditadura fascista é o número surpreendentemente pequeno de criminosos políticos, e as sentenças relativamente suaves que lhes eram aplicadas. Durante os anos de 1926 a 1932, em que foram particularmente ativos, os tribunais especiais para julgamento dos criminosos políticos pronunciaram sete sentenças de morte, 257 sentenças de dez ou mais anos de prisão, 1.360 de menos de dez anos, e muitos outros mais foram exilados; 12 mil pessoas foram presas e julgadas inocentes, o que seria inconcebível nas condições do terror nazista ou bolchevista” (Ibid., p. 358).

¹⁵ Hipótese esta que encontraria firme oposição: “Os liberais, convictos de que o poder corrompe e o progresso requer constante perda de poder, enxergaram apenas diferenças de grau entre autoritarismo, tirania e totalitarismo,

De todo modo, não há unanimidade no assunto e tampouco há aqui a pretensão de esmiuçar o tema com uma vasta pesquisa bibliográfica ou uma proposta própria. Tratamos - e não é pouco - da visão de Arendt, cujo brilhante pensamento esperamos ter conseguido (ainda que sem o primor devido) parcialmente compartilhar nessas breves linhas.

Como passo seguinte, é preciso, ainda, compreender certos aspectos apontados pela autora como essenciais à gênese e manutenção do domínio característico das formações totalitárias nazista e stalinista, compreendidos à luz da modernidade: o fenômeno dos movimentos de massa, da propaganda e da organização burocrática rigidamente estruturada.

3. OS MOVIMENTOS DE MASSAS ENQUANTO PRESSUPOSTOS DO TOTALITARISMO

A gênese, consolidação e expansão de um movimento de massas imbuído de aspirações totalizantes é momento anterior, fundamental e necessário à efetivação e concretização dos regimes totalitários para a autora em estudo. Constituído por grandes quantidades de indivíduos considerados “supérfluos”, tais movimentações seriam necessários para a profunda desestabilização que possibilitaria, posteriormente, a cristalização de estruturas rigidamente autoritárias. Hannah Arendt, ao caracterizar tais movimentos descreve-os de tal forma intolerantes ao pensar enquanto atividade não homogeneizada, originais em sua organização rigidamente articulada e de tal maneira envolventes em sua forma estrutural que levaram indivíduos em massa, destituídos de identidade própria, a abrir mão de suas convicções mais íntimas. Convencidos pela ideologia e amparados na crença da infalibilidade de um líder absoluto, terminaram por aceitar o arbítrio, o terror e a extrema violência. Neste sentido, é necessário compreender melhor elementos que possibilitaram que tais movimentos prosperassem: a propaganda totalitária e a organização totalitária.

3.1. A propaganda totalitária

A propaganda é recurso fundamental utilizado pelos movimentos totalitários para alcançarem àqueles ainda não convencidos e dominados, aqueles indivíduos mais resistentes, pouco inclinados a avaliar os métodos e propostas do regime. Essas massas de não aderentes eram consideradas pelo movimento como “mundo exterior”, categoria em que estavam

uma vez que todas essas formas de governo acarretam uma intervenção arbitrária dos governos sobre as liberdades individuais” (ALVES NETO, 2015, p. 58).

relegados, também, os países não alinhados, para quem a propaganda funcionava simplesmente como ameaça (ARENDR, 2013, p. 448). A propaganda era pensada de modo a construir um mundo fictício através de um suposto cientificismo de inspiração iluminista, fundamentado na ideia de evolução histórica das sociedades. Propunha-se à antecipação de um futuro inexorável em detrimento de um passado obscurantista, o que representava uma ameaça indireta aos não aderentes de estarem irremediavelmente aliados da construção de um novo porvir (ARENDR, 2013, p. 450).

Importante observar que as massas, a quem a propaganda se dirigia, estavam reduzidas à época à precária condição de restos sociais, excluídas de um corpo social estável, mergulhadas em descrença e autodesprezo. Muitos consideravam que seu contexto existencial resultasse de uma grande conspiração voltada a atender interesses inimagináveis de grupos internacionalistas. Esses indivíduos descrentes em relação à qualquer possibilidade de bem comum e sem lugar de existência no mundo, profundamente desiludidos, se deixaram-se levar por mundo fictício construído pela propaganda, que soube se apropriar desses sentimentos, para cerrar fileiras, sem maiores questionamentos, com um movimento messiânico que propunha uma marcha rumo a um futuro redentor.

Interessante notar uma clara relação que o movimento estabelece entre propaganda e terror. A propaganda, utilizada sempre na medida da pressão externa exercida pelo “mundo exterior”, era paulatinamente abandonada conforme o movimento ia se tornando vigoroso e logo substituída por atos de violência e terror (ARENDR, 2013, p. 449). De uma maneira contraintuitiva, o terror exercido pelo movimento era um tipo complementar de propaganda, uma espécie de “propaganda de força”. Os crimes cometidos, sempre assumidos pelos líderes e negligenciados pelas autoridades, faziam com que a população percebesse a uma evidente superioridade do movimento em relação aos poderes constituídos. Um recado de que seria mais seguro aderir ao movimento do que ser um cidadão destituído de qualquer proteção e integrante de uma estrutura social que, à época, já desmoronava.

No entanto, para sustentar a visão desse “futuro redentor”, a propaganda cumpria uma função apenas parcial. Fazia-se necessária a presença de uma organização estruturada para trazer realidade factual à ficção construída pela propaganda: esse papel foi cumprido exemplarmente pela organização totalitária.

3.2. A organização totalitária

A organização totalitária foi a forma como o movimento se estruturou para atingir seus objetivos primordiais. Concebida como algo novo em termos de formação de poder, era verticalizada tendo em seu ápice um líder, cujo desejo era a lei suprema, rodeado de um círculo próximo de iniciados, seguido das formações de elite, dos membros militantes, dos membros comuns e, por fim, da massa de simpatizantes. Essa estrutura, segundo Arendt, foi pensada para neutralizar o impacto causado por um dos dogmas fundamentais do totalitarismo, segundo o qual o mundo é dividido entre dois campos irreconciliáveis. De um lado “nós”, o movimento, e de outro “eles”, o resto do mundo a ser subjogado (ARENDR,2013, p.475). A composição gradual de militância neutralizava a percepção dessa dicotomia criada intencionalmente, de maneira que cada escalão refletia para o escalão imediatamente superior uma suposta legitimidade e normalidade ilusoriamente não totalitária. Assim, as formações de elite eram rodeadas pelo círculo mais amplo dos membros do partido que, por sua vez, eram envoltos pelo ainda mais amplo círculo dos simpatizantes que, por sua vez, não eram concebidos imediatamente pelo ‘mundo exterior’ como sustentáculos fundamentais das figuras centrais.

De fato, a aceitação em seus quadros de simpatizantes sem convicção política suficiente para radicalismos formou a massa necessária para a contínua ampliação do movimento. Eram cidadãos anônimos ou participantes de agrupamentos políticos inexpressivos não aceitos por outros partidos e que foram cooptados pelo movimento, mas sem as prerrogativas de membros efetivos do partido. Foi dessa massa de comuns que se formou aquilo que viria a ser denominado “organizações de vanguarda” (ARENDR, 2013, p.471).

Na análise de Hannah Arendt, tais as organizações tinham grande importância no movimento. Davam um aspecto de normalidade ao partido ao mesmo tempo que legitimavam aos membros mais destacados a validade de suas crenças. O raciocínio é lógico: ora, se o povo simples comunga com nossos ideais, não há porque coloca-los em dúvida.

Note-se que essa relação de aparências vai se repetir em toda a estrutura totalitária. Um bom exemplo da atuação das organizações de vanguarda foi a sua utilização para compor organizações civis de profissionais (ARENDR, 2013, p.479). Com o intuito de dar a impressão de que todos os seguimentos da sociedade estavam representados em suas fileiras, o movimento criou sociedades civis de profissionais de várias áreas para competir e desestruturar as sociedades civis reais. Para além da aparência de pluralidade, as organizações civis de profissionais tinham a função de solapar as instituições reais no intuito de suprimir a existência de estruturas hierarquizadas na sociedade. Na lógica totalitária, a origem do seu poder provinha

unicamente do líder: sem ele, o movimento desapareceria. Assim, qualquer estrutura hierarquizada, ao reunir poderes próprios e independentes da vontade do líder, se constituíam em verdadeira ameaça ao movimento.

Os perigos inerentes a toda estrutura hierarquizada se estendiam, também, à própria estrutura do movimento. Para neutralizá-los, as formações de poder internas ao movimento eram constantemente sobrepostas de modo a impedir que se estabilizassem e petrificassem. Hannah Arendt cita as “formações de elite” para demonstrar a dinâmica do poder dentro do movimento (ARENDR,2013, p.476): criadas para dar realidade fática às palavras do líder, as primeiras formações de elite foram fundadas em 1922, as SA (Sturmabteilung). Delas foi gerada a poderosa SS Gestapo, a polícia secreta do estado (Geheime Staatspolizei) que por sua vez foi a base para formação das ainda mais poderosas Tropas de Assalto e assim por diante, numa sucessão de organizações que se sobrepunham através do tempo, sem que nenhuma delas cristalizasse no poder.

Ao analisar a atuação das formações de elite, Hanna Arendt acaba por revelar um importante aspecto da figura do líder totalitário. Especializadas em disseminar o terror, os crimes que essas formações cometiam, de maneira contraintuitiva, eram publicamente assumidos pelo líder. O raciocínio era de que se o poder provinha unicamente do líder, e ele representava a vontade de todos, é natural imaginar que os crimes praticados pelas formações de elite refletissem na figura deste mesmo líder e por ele fossem avalizados. Na ausência de uma estrutura burocrática de estado para estabelecer o direito, a violência das formações de elite encontrava na vontade do líder, cumplicidade e, à sua maneira, legitimidade.

Nesse sentido, compreendemos o que foi, talvez, o mais importante objetivo da organização totalitária: constituir enquanto realidade fática ao mundo fictício criada pela propaganda totalitária (ARENDR,2013, p.489). Não se pode esquecer que a realidade do movimento totalitário se assentava na infalibilidade das palavras do líder, não na sua veracidade. Assim, as mentiras proferidas pelo líder, alçada à condição de fato inquestionável pela propaganda, efetivavam-se pela ação da organização totalitária enquanto facticidade. Se o líder afirmava que os ciganos eram perniciosos e os judeus conspiradores, cabia à organização expulsá-los, mata-los ou tomar qualquer outra medida de modo a garantir que realidade se ajustasse à infalibilidade de suas palavras (ARENDR,2013,p. 496). Não havia espaço para dúvidas diante da inexorabilidade da bota, do porrete e do fuzil.

Na obra de Hannah Arendt, o momento em que a ficção construída pelo regime se torna mais visível é justamente quando o movimento encontra seu fim. Sem a força da organização totalitária, a artificialidade do movimento se torna evidente. As mentiras veiculadas pela propaganda encontram a força da realidade e o movimento desmorona-se de maneira abrupta e melancólica, sem deixar legado nenhum além da morte, da destruição e de uma legião de indivíduos sem as crenças pelas quais, até um momento anterior, estavam dispostos a sacrificar suas vidas (ARENDRT,2013, p. 470). Tais indivíduos, de volta à sua condição de supérfluos e insignificantes, passam a procurar por novos líderes, novos movimentos, ou quaisquer outras circunstâncias que lhes tirem do abandono, devolvam-lhes a sensação de pertencimento e lhes deem outras certezas existenciais claras limpas e absolutas. Um claro recado da autora para as sociedades contemporâneas.

Podemos, então, partir ao tópico final de nosso trabalho e debater, apenas a título crítico, se há, na atualidade, elementos que configurem os pressupostos para o estabelecimento de um novo movimento ou regime totalitário, à luz da conceituação dessa grande pensadora.

4. CONCLUSÃO: HANNAH ARENDT À LUZ DA ATUALIDADE

Toda a leitura da obra de Arendt nos impele a questionar e refletir a respeito da realidade que nos cerca. Talvez seja esse, justamente, o objetivo último da autora. Não à toa, termina “As Origens...” alertando sobre o risco sempre presente de o totalitarismo ser novamente empreendido, dadas as crises de nosso tempo.

Necessárias, portanto, essas breves reflexões finais. Apesar da complexidade do assunto, nossa intenção é singela (e sem o rigor metodológico de uma pesquisa empírica), buscando apenas responder ao alerta da autora e evitando encerrar a abordagem sem qualquer pensamento crítico. Quando menos, reforçaremos a atualidade de suas preocupações.

Reforçamos também que o objetivo não é a atenção a movimentos ou organizações políticas específicas (nacionais ou internacionais), o que demandaria um trabalho próprio, mas encerrar nossas considerações partindo do arcabouço teórico arendtiano abordado (em especial as premissas distintivas do “totalitarismo” e suas condições essenciais), contrastando com o cenário contemporâneo, para permitir uma reflexão sobre os alertas da autora à luz atual.

Por primeiro, temos que os elementos apontados por Arendt como condição para o surgimento de movimentos totalitários - quais sejam (e sem retomá-los), a atomização do

indivíduo, a alienação das massas, a relativização do valor do homem em um processo de superfluidade - persistiram ao totalitarismo, assim como advertiu Arendt, e persistem na atualidade. São ainda conjunturas de nosso tempo.

Hannah A., em trabalhos posteriores, desenvolveu reflexões a respeito da insuficiência da democracia liberal, com seu processo participativo tradicional (centrado no voto), como instrumento de experiência política que fosse capaz de evitar a alienação dos homens. Propôs novas formas de participação ativa de cidadãos, capazes de agir e se fazer ouvir. Chamou a importância para a compreensão da liberdade junto à política, como elementos indissociáveis¹⁶.

Todavia, para além da maturação de algumas ideias correlacionadas a esses pensamentos (como a “democracia participativa”, e.g.) Arendt não chegou a viver na atual era de metadados, informatização, ferramentas comunicativas inéditas e disseminação das redes sociais virtuais. Talvez a internet, com seu potencial, respondesse aos anseios da autora, revelando-se como uma nova “ágora”, de debates, participação política ativa, e resistência a argumentos totalitários.

Um olhar para a atualidade, porém, força uma análise menos otimista. Se as redes e inovações na tecnologia da informação apareceram, em um primeiro momento, em contextos científicos e acadêmicos, foram posteriormente apropriadas para fins econômicos e comerciais. A utilização dos metadados permitiu a maximização dos efeitos da propaganda e o incremento de lucros, trabalhando com o conceito de público-alvo, e dividindo a massa de consumidores conforme padrões de interesses comuns. Criou-se, assim, as “ilhas” especializadas de consumo para as quais a propaganda pode ser melhor direcionada, as promoções mais adequadas e o perfil financeiro melhor definido. Os produtos passaram a ser oferecidos de acordo com às necessidades específicas de cada consumidor.

Esse mesmo mecanismo, em momentos mais recentes, passou a ser percebido e utilizado também para a propaganda política¹⁷, permitindo a divisão da sociedade de acordo com elementos comuns e interesses específicos, fazendo chegar a cada indivíduo a resposta pronta a seus anseios, e moldada a seus valores.

¹⁶ Cf. ALVES NETO, 2015.

¹⁷ Cf. ROSENBERG; CONFESSORE; CADWALLADR, 2018. E também: CADWALLADR, 2018.

Para além do aspecto comercial, então, essas “ilhas”, pelos mesmos mecanismos de segregação originais, se revelaram uma espécie de guetos onde se observa, claramente, um viés totalitário. São locais virtuais onde a homogeneização de pensamentos impede a manifestação de qualquer reflexão um pouco mais elaborada. As notícias e fatos circulam sem críticas, mesmo que notoriamente fraudulentos. Não há conflitos, não há o contraditório, não há o debate nem o dissenso. Opiniões pessoais se transformam em verdades factuais e podem facilmente estabelecer posturas hostis dirigidas a outros que, não sendo iguais, são, por certo, inimigos e devem ser destruídos. Nessas “bolhas sociais” não cabem mais do que meia dúzia palavras de ordem além de mentiras e fraudes de toda a natureza.

Ao contrário de qualquer otimismo inicial, trata-se do inverso do espaço público, definido por Hannah Arendt como lugar da ação política, um “artefato humano” que possibilita uma interconexão entre as pessoas, o dissenso, o debate, ou ouvir e expor opiniões que configuram ações práticas necessárias à boa convivência humana (ARENDDT, 2007, p. 62)

Em um artigo recente, o professor Carlos Eduardo Gomes do Nascimento (2020) transcreve pertinente passagem de Eugenio Bucci:

Segundo Eugênio Bucci (2018, p. 28):

‘Na era das redes sociais, o indivíduo se encontra encapsulado em multidões que o espelham e o reafirmam ininterruptamente – são as multidões de iguais, as multidões especulares, as multidões de mesmos. Vêm daí as tais “bolhas” das redes sociais, cujo traço definidor é a impermeabilidade ao dissenso, a ponto de uma comunidade de uma determinada bolha mal tomar conhecimento da outra’ (NASCIMENTO, 2020, p. 245).

Essas bolhas podem ser contrastadas com o fenômeno das organizações de vanguarda, abordado brevemente em nossas primeiras linhas. Arendt descrevera a importância da organização e da propaganda nos movimentos totalitários. A elite do partido seria circundada por seus demais membros (que não comporiam a elite), e que formariam um segundo círculo, por sua vez circundado pelas organizações de vanguarda (os simpatizantes).

É de se ressaltar a semelhança com a organização das “bolhas” sociais dos dias de hoje. Desde os membros da elite de determinado movimento, que coordenam o conteúdo e comandam as manobras virtuais, até os organizadores responsáveis pela produção e disseminação das pautas, chegando finalmente aos simpatizantes e à sociedade em geral.

O “mérito” dessa organização totalitária é duplo: por um lado, quanto mais interno à bolha, mais distante o indivíduo estará da realidade (e “protegido” dela); por outro, suas ideias

(muitas vezes em descompasso com qualquer senso comum), passarão por um processo de filtragem até alcançar a sociedade em geral (evitando que o fanatismo seja percebido pelo cidadão fora deste círculo). Quem está cercado pela bolha, enxerga apenas um mundo de aliados; quem está fora, não se choca, pois não tem contato com o fanatismo mais radical¹⁸.

Pode-se dizer, então, que a persistência dos elementos conjunturais do totalitarismo na atualidade se soma à maior capacidade de organizar e manipular grandes massas, potencializada por instrumentos inéditos de relacionamento e comunicação, que, por sua própria dinâmica, incentivam a radicalização das ideias e opiniões. O “cinturão de ferro”¹⁹ se dá em uma aparente espontaneidade, mas incentivado por meticulosos algoritmos e interesses.

Pode-se dizer que as teorias da conspiração (mais ou menos absurdas), a deturpação da imagem de grupos ou indivíduos específicos, i.e., toda uma rede de “fake news”, estará, em última instância, criando não menos que um verdadeiro “mundo fictício”, que Arendt, em 1949, já detectara como condição essencial ao movimento totalitário, tanto para sua ascensão ao poder, quanto para seu exercício.

Para a autora, em se tratando de propaganda política, a maior ameaça ao totalitarismo não vem da oposição (cujo antagonismo é natural e será aniquilado justamente por isso), mas sim de qualquer senso comum, crítico, de realidade, que ameçar a “ficção totalitária”²⁰.

¹⁸ As organizações de vanguarda cercam os membros dos movimentos com uma parede protetora que os separa do mundo exterior normal; ao mesmo tempo, constituem a ponte que os leva de volta à normalidade e sem a qual os membros, na fase anterior à tomada do poder, sentiriam com demasiada clareza as diferenças entre as suas crenças e as das pessoas normais, entre a mentirosa ficção do seu mundo e a realidade do mundo normal. (...) Por outro lado, o mundo exterior geralmente tem o primeiro vislumbre do movimento totalitário através das organizações de vanguarda. Os simpatizantes que, ao que tudo indica, são ainda concidadãos inofensivos numa sociedade não-totalitária, não podem propriamente ser chamados de fanáticos obstinados; através deles, os movimentos fazem com que suas fantásticas mentiras sejam mais geralmente aceitas, podem divulgar sua propaganda em formas mais suaves e respeitáveis, até que toda a atmosfera esteja impregnada de elementos totalitários disfarçados em opiniões e reações políticas normais. (...) O choque da terrível e monstruosa dicotomia totalitária é neutralizado, e nunca totalmente percebido, graças a uma cuidadosa graduação de militância (...). Esse tipo de organização evita que os seus membros jamais venham a encarar diretamente o mundo exterior, cuja hostilidade permanece para eles um simples pressuposto ideológico. Permanecem tão bem protegidos contra a realidade do mundo não-totalitário que subestimam constantemente os tremendos riscos da política totalitária (ARENDDT, 2013, p. 416).

¹⁹ “Cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza” (Ibid., p. 518).

²⁰ “O possuir poder significa o confronto direto com a realidade, e o totalitarismo no poder procura constantemente evitar esse confronto, mantendo o seu desprezo pelos fatos e impondo a rígida observância das normas do mundo fictício que criou. (...) O principal esteio psicológico da ficção totalitária — o ativo ressentimento contra o status quo, que as massas recusaram aceitar como o único mundo possível — já não existe, e cada fragmento de informação concreta que se infiltra através da cortina de ferro, construída para deter a sempre perigosa torrente da realidade vinda do lado não-totalitário, é uma ameaça maior para o domínio totalitário do que era a contrapropaganda para o movimento totalitário” (Ibid., p. 442).

E na atualidade das redes, em um mundo onde tudo é espelho, o contraditório é tomado como ofensa pessoal ou mera ignorância, qualquer dissenso é penalizado com o isolamento. Note-se que as redes sociais que instigaram a criação deste quadro, são também as mesmas que corroboram com sua perpetuação: suas plataformas são disponibilizadas gratuitamente, mas não as fontes geradoras de conteúdo, pois que são pagas. Isso dificulta a verificação da fraude pela grande massa de usuários por demandarem pesquisa em publicações que a eles não estão acessíveis.

Por fim, se o viés totalitário pode ser observado na dinâmica interna dessas “bolhas”, não se deve desconsiderar elas se estabelecem e se multiplicam em países que trazem em sua estrutura social elementos similares àqueles que serviram de base para a viabilização movimentos totalitários na Europa. A solidão, a exclusão, a alienação, o isolamento, o abandono, além da descrença na estrutura social e no sistema político, a superfluidade de grupos, a aversão à corrupção e a presunção acerca de um nefasto complô de elites são todos elementos de que dispuseram os movimentos totalitários para se viabilizarem na Alemanha e na URSS. No entanto, todos eles, por espantoso que pareça, estão visivelmente presentes nas sociedades atuais, notadamente no Brasil²¹. Não será difícil imaginar as massas, fragilizadas em sua condição social e humana, susceptíveis à ação de grupos totalitários que, a se movimentarem, terão a seu dispor essa magnífica ferramenta de persuasão representada pelas redes sociais.

Em conclusão à nossa reflexão, temos que as condições apontadas por Arendt como essenciais ao totalitarismo não somente persistem como se intensificaram, e se somaram a novos mecanismos de manipulação e organização das massas.

E ainda que não tenhamos nos dedicado a analisar movimentos específicos que possam estar se valendo de tais condições, e tampouco apurado quais desses movimentos teriam o potencial de agregar outros fatores necessários a sua efetiva consecução (com a pretensão de domínio total), a verdade é que candidatos não faltam.

Quais seriam os primeiros inimigos objetivos, quais seriam os argumentos, deverão ser objeto de outros estudos. Mas vale o alerta de que tais movimentos não se constroem de uma

²¹ Especificamente sobre as redes sociais, pertinente registrar que os brasileiros aparecem reiteradamente como uma das nacionalidades que, ao lado de outras nações subdesenvolvidas, mais se utilizam delas para se comunicar e informar (Cf. Social media trends in 2019, Global Web Index, 2019).

hora para a outra, dependendo de condições que vão se solidificando por anos, tal como ocorrera com o nazismo e o stalinismo.

Os possíveis fatores de resistência a essa constante ameaça também deverão ser tema de outros fóruns. O primeiro passo aqui é reconhecer a relevância e a atualidade das preocupações de Arendt, provocando sempre a continuidade do debate plural, que é, afinal, para a autora²², condição fundamental da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. A crítica Arendtiana à democracia liberal e o sentido político da liberdade. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 2(23), 52-63, 2015. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74735>. Acesso em: 20/08/2020.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-Book ISBN 978-82-8086-527-1.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CADWALLADR, Carole. ‘I made Steve Bannon’s psychological warfare tool’: meet the data war whistleblower. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CARDOSO JR, Nerione Nunes. **Considerações a respeito da atualidade do conceito de totalitarismo em Hannah Arendt**. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 40 n. 159 jul./set. 2003

DOWBOR, L. **A atualidade brutal de Hannah Arendt**. *Outras Palavras* 05/09/2013 Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-atualidade-brutal-de-hannah-arendt/>. acesso em 15/08/2020

²² V. “A Condição Humana” (ARENDDT, 2007).

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão e Dominação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, E. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. 2º Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2020 de 2013

NASCIMENTO.C.E.G. **fake news, mentira organizada e educação: uma reflexão a partir do pensamento de hannah Arendt**. Revista Docência e Cibercultura, vol 4 nº1. 2020
Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.47553>. Acesso em: 16/08/2020

ROSENBERG, Matthew; CONFESSORE, Nicholas; CADWALLADR, Carole. How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RUBIANO, Mariana de Mattos. **Revolução em Hannah Arendt: compreensão e história**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOCIAL Media Trends in 2019. Global Web Index, 2019. Disponível em: <<https://www.globalwebindex.com/reports/social-2019>>. Acesso em: 20 ago. 2020.